

Rejeitado na reunião da CACDLG de 14/07/2022,
com os votos contra do GP PS, votos a favor
dos GPs PSD, CH, IL, abstenção do GP PCP,
e ausência do GP BE, DURP PAN e DURP L.

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos Liberdades
e Garantias
Deputado Fernando Negrão

ASSUNTO: Requerimento para Audição do Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro, do Exmo. Ex-Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. Antero Luís, e da Exma. Ex-Presidente do SIRESP, SA., Dra. Sandra Perdigão Neves

Exmo. Sr. Presidente,

Na semana passada, o Governo lançou um concurso público internacional, avaliado em 75 milhões de euros, tendo em vista a adjudicação da gestão e manutenção do Sistema Integrado de Redes de Emergência e de Segurança de Portugal (SIRESP).

No seguimento do lançamento desse concurso, no passado dia 29 de junho de 2022, a Ex-Presidente do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, SIRESP, SA., Dra. Sandra Perdigão Neves, concedeu uma entrevista à plataforma digital “Gri Digital”, onde proferiu afirmações, de tal gravidade, e das quais garante ter provas, que de forma alguma, e a bem do interesse público, podem ser ignoradas.

Durante a dita entrevista, A Dra. Sandra Perdigão Neves afirma, de forma clara, que “o primeiro lote do concurso público internacional, lançado na passada semana pelo Governo, é uma adjudicação direta à Motorola disfarçado de concurso público internacional”, violando claramente, no seu entender, as regras elementares da concorrência e levantando outras suspeitas. Diz também que, “só a Motorola tem condições para concorrer e ganhar este lote do concurso”, uma vez que o sistema DIMETRA, sobre o qual está baseado o sistema que está a concurso, é da propriedade da MOTOROLA.

Afirma igualmente que é uma impossibilidade para qualquer concorrente cumprir os prazos do concurso, abrindo assim a possibilidade ao Governo de efetuar ajustes diretos aos atuais fornecedores.

Visando o Ex-Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. Antero Luís, afirma que *“recusou executar ordens ilegítimas, ordens incompatíveis, que lesariam o Estado em milhões de euros”*.

A Dra. Sandra Perdigão Neves refere também, nessa entrevista, não compreender como o sistema SIRESP não foi incluído no PRR, uma vez que a tecnologia na qual está baseado, a arquitetura TETRA, já se encontra ultrapassada em no mínimo 10 anos, o que impossibilita a transmissão de imagem e vídeo, não fazendo sentido, no seu entender, continuar a apostar numa tecnologia com tantas limitações e com custos de manutenção superiores ao atual padrão tecnológico, o sistema LTE.

Entende o Grupo Parlamentar do CHEGA que, tratando-se de dinheiro público e da crucial importância que o sistema SIRESP reveste para o comando, controlo e coordenação de todas as situações de emergência e segurança em território nacional (como o combate aos incêndios florestais), qualquer suspeição, problemas de funcionamento ou operacionalidade que o visem, devem ser imediatamente clarificados.

Assim, e perante as gravíssimas afirmações da anterior Presidente do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, SIRESP, SA., Dra. Sandra Perdigão Neves, Imperando esclarecer o que foi por ela afirmado e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audiência urgente da própria, do Sr. Ministro da Administração Interna, e do Ex-Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. Antero Luís.

Palácio de S. Bento, 2 de junho de 2022

Os Deputados do GPCH,

Pedro Pinto

Bruno Nunes